

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE que firma

(nome do/a proponente), com endereço na Rua/Avenida					
	, nº	, na	cidad	e de	
	, no estado de			ı	
CEP:	, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o				
nº	(proponente), neste ato representado por				
seu representante legal,					
(nome do representante legal, se pessoa jurídica), considerando					
que poderá ter acesso a informações confidenciais em razão da					
realização de atividades inerentes ao Edital de Chamada Pública					
n.	/2020, publicado pelo Min	istério	Públic	o do	
Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) em / / .					

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo o estabelecimento de regras de confidencialidade em razão da disponibilização de informações confidenciais pelo MPRJ o(à) PROPONENTE para a realização das atividades inerentes ao Edital de Chamada Pública n. /2020, nos termos a seguir.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

- 2.1. O(A) PROPONENTE obriga-se a:
 - 2.1.1. Utilizar as informações disponibilizadas pelo MPRJ com o único e exclusivo propósito de realizar as atividades inerentes ao Edital;
 - 2.1.2. Manter, por si, seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados o mais completo e absoluto grau de confidencialidade com relação a toda e qualquer informação que tenham acesso em razão da realização das atividades inerentes Edital:
 - 2.1.3. Não utilizar, sob qualquer pretexto, as informações para si, divulgar, reproduzir, transmitir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da execução das atividades inerentes Edital, sem a prévia autorização do MPRJ;

1



- 2.1.4. A não realizar qualquer tipo de cópia das informações sem a autorização expressa e prévia do MPRJ;
- **2.1.5.** Adotar todas as medidas necessárias à proteção das informações, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros;
- **2.1.6.** Permanecer como fiel depositária das informações disponibilizadas pelo **MPRJ**, enquanto durar o ajuste;
- 2.1.7. Comunicar ao MPRJ, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações por determinação judicial ou em atendimento a ordem de órgão competente;
- **2.1.8.** Comunicar ao MPRJ, de imediato e de forma expressa, caso ocorra vazamento acidental das informações;
- 2.1.9. Se necessário para executar as atividades inerentes ao Edital, realizar o tratamento de dados pessoais exclusivamente para a execução das atividades a ele inerentes, relacionadas às finalidades institucionais do MPRJ, nos termos dos arts. 7º, inciso II, 11, inciso II, alínea "a", e 23 da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 2.1.10. Se necessário para executar as atividades inerentes ao Edital, realizar o tratamento de dados pessoais exclusivamente para a execução das atividades a ele inerentes, relacionadas às finalidades institucionais do MPRJ, nos termos dos arts. 7º, inciso II, 11, inciso II, alínea "a", e 23 da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEFINIÇÕES

- 3.1. O termo "informação" abrange todo e qualquer dado, processado ou não, ou informação escrita, verbal ou apresentada em qualquer formato, tangível ou intangível, inclusive por meios digitais, disponibilizadas temporariamente pelo MPRJ o(à) PROPONENTE para a realização das atividades inerentes ao Edital, incluindo, mas não se limitando a:
 - **3.1.1.** Qualquer informação e dado considerado sigiloso, confidencial, pessoal ou pessoal sensível por determinação legal ou judicial, especialmente a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018;



- 3.1.2. Qualquer informação e dado relacionado a documentos disponibilizados temporariamente pelo MPRJ ao (à) PROPONENTE;
- 3.1.3. Qualquer metodologia e ferramenta de desenvolvimento e qualquer tipo de serviço de tecnologia da informação desenvolvidas pelo MPRJ ou por outros proponentes;
- **3.1.4.** Qualquer informação de cunho jurídico ou negocial que envolva o **MPRJ**.

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS SANÇÕES

4.1. O A infração de qualquer regra deste TERMO, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não, de qualquer informação confidencial a terceiros, dará ensejo à responsabilização civil e criminal do(a) PROPONENTE por violação da obrigação de confidencialidade, conforme as normas legais aplicáveis.

5. CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. Não integram a obrigação de confidencialidade as informações e dados que sejam considerados públicos por determinação legal ou judicial, as que sejam comprovadamente de domínio público, nem as que sejam destinadas a dar publicidade à execução das atividades previstas no Edital, nos termos de seu item 13.11, que serão disponibilizadas sob licença que permita sua livre utilização, cópia, alteração e distribuição, desde que com atribuição ao MPRJ e ao PROPONENTE.
 - 5.1.1. A assinatura deste TERMO representa o consentimento integral do PROPONENTE sobre seus termos e não poderá ser alterado sem o expresso e formal consentimento do MPRJ.
 - **5.1.2.** Eventuais dados sigilosos, confidenciais, sensíveis ou pessoais sensíveis disponibilizados pelo **MPRJ** ao **PROPONENTE** para a realização das atividades inerentes ao Edital deverão ser permanentemente eliminados pelo receptor, ficando este responsável em caso de descumprimento.



5.1.3. As obrigações previstas neste instrumento terão início na data de sua assinatura e perdurarão inclusive após a cessação de seu prazo de vigência, salvo manifestação expressa do MPRJ em contrário.

6. CLÁUSULA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo pelo **MPRJ** e pelo **PROPONENTE**, mediante aditamento, se necessário.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA ELEIÇÃO DE FORO

7.1. Para dirimir as eventuais controvérsias que não possam ser solucionadas administrativamente, é competente o Foro da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

E, por estar de acordo com suas cláusulas, o **PROPONENTE** firma o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro,	de	de 2020.
assinatura		
testemunha CPF n	0	
testemunha CPF n	0	

4